

IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO: DO PAPEL PARA A PRÁTICA

Realização:



Apoio: **FORD FOUNDATION**



A lei

- 2003 – Aprovação do Estatuto do Desarmamento. Principais pontos da lei:
 - Sete requisitos mínimos para a compra de armas;
 - Proibição do porte de armas para civis;
 - Concentração dos registros, porte e autorização de compra de armas para alguns públicos na Polícia Federal;
 - Mais controle sobre a venda de munições;
 - Mais controle sobre as munições adquiridas pelas forças de segurança pública;
 - Tipificação do tráfico de armas como crime específico.

As armas no país

- A grande maioria das armas são produzidas em fábricas registradas. Ou seja: **sempre começam legais** e passam a ser ilegais por meio de desvios;
 - A CPI do Tráfico de Armas confirmou que 68% das armas apreendidas com haviam sido vendidas legalmente;
- >> Isso significa que controlar as armas legais tem grande impacto no mercado ilegal.
- Além disso, a maior parte das armas que matam os brasileiros são **brasileiras** e portáteis – como revólveres e pistolas.
- >> Por isso, é importante fiscalizar rigorosamente a indústria de armas e munições no Brasil.

As armas no país

- Principal ator dos homicídios no Brasil: armas de fogo.
- Vítimas das armas de fogo: 34 mil brasileiros por ano, 95 por dia, 1 a cada 15 minutos.
- Estimativa de armas em circulação no país: 16 milhões
 - Armas legais: 8,3 milhões.
 - Armas ilegais: 7,6 milhões
 - Com quem?
 - 2 milhões com as forças de segurança e **14 milhões nas mãos de civis!!**

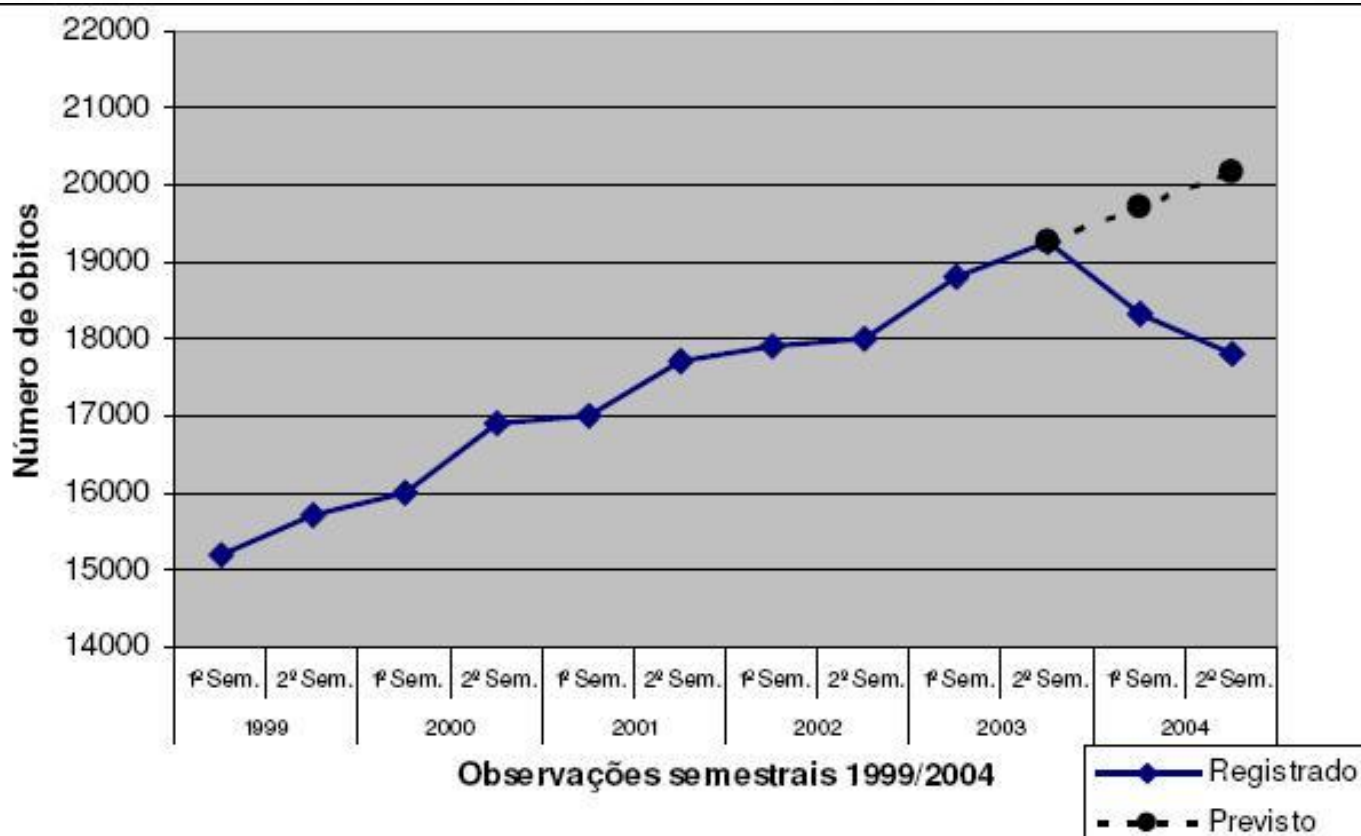
Metodologia

- 2008 -2009 – ISDP realiza pesquisa nacional sobre a implementação do Estatuto do Desarmamento e faz conjunto de recomendações;
- Análise de todos os artigos do Estatuto do Desarmamento (regulamentação, portarias, resoluções normativas, etc.) – identificando atribuições dos órgãos responsáveis e os fluxos das armas para cada categoria;
- Definição de 10 estados para realizar entrevistas e parceria com a Rede Desarma Brasil;
- Realização de 39 entrevistas em 10 Estados (SP, RJ, MG, PA, PR, RS, ES, CE, PE, DF) com os principais órgãos responsáveis e com instâncias nacionais (PF, MJ, DFPC);

Órgãos de controle

- **Exército** – Destruição de armas; fiscalizar produção, importação, exportação e lojas; determinar quantidades máximas; fiscalizar CAC; manter SIGMA;
- **Polícia Federal** - controle de armas nas mãos da população brasileira: emissão de autorizações de compra, porte e registro para civis, manter o SINARM;
- **Polícias estaduais e Secretarias de Segurança Pública** – apreensão de armas, repassar dados para a PF, colaboração na fiscalização.

Queda nos homicídios



Impactos positivos

- Menos armas em circulação:
 - Redução de mais de 90% na venda de armas nas lojas;
 - Armas no mercado paralelo também ficaram mais escassas e caras:
 - **SP:** pistola 9 mm, R\$ 800 → R\$1.300
 - **SC:** revólver 38, R\$80 → R\$ 350
 - **RJ:** fuzil, US\$ 6 mil, → US\$ 30-40 mil
- Menos pessoas andando armadas: Número de portes para “defesa pessoal” em 2009 foi apenas 1.256.
- Centralização de dados sobre as armas: SINARM hoje contém informações referentes à “vida útil” de mais de 7 milhões de armas.

Impactos positivos

- Aumento do número de armas retiradas de circulação:
 - Apreensão – o Estatuto tipificou os crimes de tráfico, posse e porte ilegal dando ferramentas para as policias implantar com prioridade a apreensão de armas.
 - Campanhas de Entrega – 500.000 recolhidas desde 2004;
 - Destruição - 1.885.910 de armas de fogo destruídas pelo Exército, entre 1997 e 2008.



Principais problemas na implementação da Lei

1. Desorganização no controle
2. Falta de investimento do poder público
3. Privilégios para categorias específicas
4. Mudanças na lei

1. Desorganização

- Relação entre órgãos de controle é frágil;
- Discrepâncias nas concessões de posse e porte. Ex:DF e RS respondem por quase metade dos portes concedidos em 2009. RS é campeão em número de lojas;
- Informações frequentemente indisponíveis ou inconsistentes;
- Falta de integração entre os bancos de dados, o que impede investigação e repressão;
- Destruição de armas: problemas com periodicidade da destruição, acondicionamento das armas e destruição de armas entregues;

1. Desorganização

- Marcação de armas e munições das forças de segurança pública;
- Recadastramento: prorrogações e processo não finalizado. Metade das armas no país é ilegal;
- Guardas armadas: PF não sabe confirmar o número de Guardas Civis armados. Sabe-se que diversas guardas portam armas com liminares da Justiça, enquanto não obtêm autorização da PF;

2. Falta de investimento

- **Controle físico e segurança dos arsenais;**
 - *Criminosos roubam armas de fórum do Maranhão, G1, 12/01/09*
 - *Fuzis são roubados de batalhão do Exército do interior de SP, G1, 09/03/09*
 - *Assaltantes levam armas e coletes da base da guarda Civil Metropolitana em São Paulo, FolhaOnline, 16/03/09*
 - *Fuzis são furtados de batalhão da Polícia Militar no Rio, FolhaOnline, 11/05/09*
 - *Mais de 2.000 munições são furtadas de quartel do Exército em São Paulo, R7 Notícias, 15/01/10*
- **Falta de pessoal e recursos tecnológicos. Exs:**
Integração dos bancos de dados; Para atender a todo o estado do Ceará, existem apenas duas peritas em balística;

3. Categorias privilegiadas

- Empresas de segurança privada:
 - **SP** – Armas registradas: **69.613**; armas roubadas/furtadas: **21.240**;
 - De **10 mil armas** apreendidas no RJ entre 1998 e 2003, **17% pertenciam a empresas de segurança privada** (CPI Tráfico de Armas);
- Colecionadores, Atiradores e Caçadores:
 - **154.522** armas, ou seja: **representa quase a metade do total de armas das PMs no país**;
 - As constantes notícias de “coleccionadores” que realizam atividades ilícitas sugerem que **o controle não é tão rígido quanto deveria ser**;

4. Mudanças na Lei

- Portes para novas categorias: há um impressionante número de **projetos de lei** no Congresso que **procuram dar porte** de armas para novas categorias como biólogos, cientistas, taxistas, moradores de áreas violentas... Isso é péssimo, pois permite colocar mais armas em circulação – e quanto mais armas, mais mortes.
 - Outra categoria que tem sido foco constante de alterações na lei é a das **Guardas Municipais**. 250 mil habitantes → 50 mil habitantes + regiões metropolitanas.

4. Mudanças na Lei

- **Várias prorrogações do prazo para recadastramento** constituem um obstáculo para a plena implementação do Estatuto. De acordo com a PF, “assim o sistema de controle nunca realmente começou a funcionar, as pessoas continuam não registrando suas armas e nunca se torna crime”.

Principais recomendações

- Criar “Gabinete de Gestão Integrada-Armas”, integrando todos os órgãos que de alguma forma controlam armas e munições no país;
- Instaurar o controle civil de todas as instâncias de controle de armas no Brasil, dando à Polícia Federal a primazia absoluta das responsabilidades;
- Garantir a interligação real de TODOS os sistemas de registro de armamento no país num só sistema centralizado e permitir acesso total à Polícia Federal;
- Possibilitar a “alimentação” direta do SINARM pelas polícias estaduais (civil e militar);

Principais recomendações

- Estabelecer critérios objetivos para o conceito de “efetiva necessidade” para posse e porte de armas de civis;
- Exigir de cada instituição não policial com poder de concessão de porte edição de um decreto explicitando e justificando quais funções demandam o uso de armas de fogo por parte de seus funcionários;
- Efetivo controle das munições das instituições de segurança pública;
- Garantir a segurança dos arsenais;

Principais recomendações

- Intensificar o controle sobre as empresas de segurança privada;
- Extinguir a figura legal do colecionador de armas “pessoa física” no Brasil. Se não for possível, determinar que todas as armas dos acervos de colecionadores sejam inutilizadas para disparos.
- Não permitir que a lei sofra alterações contrárias à prevenção da violência, como pretendem os muitos projetos de lei visando conceder porte às mais variadas categorias profissionais.